



# JOVENS MULHERES E SEUS SENTIDOS DE MILITÂNCIA PELO PARTO HUMANIZADO EM REDES VIRTUAIS

Shayana Busson<sup>01</sup>

**Resumo:** A intenção deste trabalho é acessar práticas discursivas de jovens mulheres militantes do movimento pelo parto humanizado em redes virtuais no Brasil. O ato de parir em casa, local onde mais se representa o parto humanizado, tem se tornado uma forma de contrapor politicamente um sistema médico e econômico que é considerado desrespeitoso ao corpo feminino e à mulher, num momento difícil de suas vidas: parir seus filhos. A partir de pesquisa bibliográfica e observação direta apresentamos alguns relatos postados em grupos virtuais a respeito de partos domiciliares, com narrativas de revolta política contra o Estado e contra o sistema hospitalar hegemônico, discutindo sentidos e desafios da militância pelo parto humanizado, e fazendo uma breve

explicação histórica da organização de jovens mulheres que lutam contra violência obstétrica no Brasil, em algumas de suas bandeiras, vistas especialmente pela internet.

**Palavras Chave:** parto humanizado, redes de internet, militância política.

**SUMMARY:** This work intends to analyze discourse of women on maternity virtual networks. Such material indicates that the act of giving birth at home in contemporary times has become a form of political opposition to a medical and economic system that is considered disrespectful to the female body and to women at a difficult moment in their lives: giving birth.. It recovers some reports posted in virtual groups about home births with narratives on political revolt against the state and against the hegemonic hospital system, as well as the senses and challenges of militancy by humanized birth. We will make a brief explanation of the

... O ENGAJAMENTO DAS JOVENS MULHERES DO MOVIMENTO PELO PARTO HUMANIZADO SE TRADUZ NÃO SOMENTE POR SUA NOBRE CAUSA, COMO VEREMOS ADIANTE, MAS PELA PRÓPRIA DINÂMICA JUVENIL QUE EM MUITOS CASOS DEMONSTRA OPORTUNIZAR-SE DA LUTA EM CADA CONTEXTO QUE HAJA DEMANDA.

organization of Brazilian women movement against obstetric violence in Brazil and discuss some of their banners on internet.

**Key words:** humanized delivery, internet networks, political militancy.

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento social de luta pelo parto humanizado no Brasil é composto em sua maioria por jovens mulheres, gestantes e puérperas. A entrada no movimento se consolida principalmente no período em que essas mulheres, em idade gestacional, engravidam ou se encontram em fase de preparação da gravidez, no entanto, há por ora o ativismo de diversos profissionais da saúde, como doulas, enfermeiras e médicas, que em grande medida são mulheres jovens também.

Nesse sentido, nosso texto busca narrar a atuação dessas jovens mulheres, sobretudo nas novidades trazidas por sua militância virtual, e pensando contextualmente no início da

**PARA AS ATIVISTAS,  
ENQUANTO O SISTEMA DE SAÚDE  
NÃO SE TRANSFORMA E NÃO  
SE "HUMANIZA", O HOSPITAL SE  
ENCARNA COMO UM AMBIENTE  
"DESUMANO" E BASTANTE PERIGOSO  
POR SEU INTERVENCIÓNISMO  
TECNOLÓGICO, DAÍ O SIMBÓLICO  
PARTO DOMICILIAR.**

produção do debate sobre juventude no Brasil. Se destaca, portanto, que no mapeamento das discussões científicas o período de 1970 indica que os movimentos sociais foram colocados como principal temática no interior das discussões sobre juventude. Como protagonista de uma crise de valores e de uma crise de gerações situada sobre o terreno da ética e da cultura, o jovem da década de 1960 e 1970 passou a se manifestar em abundância nas praças, avenidas e universidades. E em decorrência desse comportamento, problematizações teórico-sociológicas recaíram sobre a juventude, e, em alguns casos a criminalizou, e em outros, avistou-a como fundadora de atributos revolucionários. Surgiria dessa conjuntura a sistemática de algumas correntes de análise entrelaçarem os temas juventude e política. Vemos que uma das correntes teóricas relacionadas ao assunto juventude e política é a corrente "classista". Nela, um aspecto preponderante mantém explicações cujo parâmetro advém da potencialidade revolucionária do jovem.

Segundo Pais (1990), a cultura jovem, para os adeptos da corrente classista, se identifica de modo inerente com a cultura da resistência de classe, "mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos jovens (por exemplo, na maneira de vestir) são vistos como uma forma de resistência, uma solução mágica às condições de classe" (PAIS, 1990, p. 158). Com essa explicação, presume-se que as culturas jovens e seus rituais teriam sempre um significado político, ou de capacidade política.

Em 1961 o sociólogo Karl Mannheim já havia chamado atenção para as distintas conotações do papel da juventude nas diferentes sociedades. Para ele, há sociedades em que os jovens não exercem papel na mudança histórica política, já em outras, seu papel é conservador e não progressista, como se poderia esperar. No

entanto, mesmo refletindo criticamente sobre a relação "inseparável" entre juventude e revolta, Mannheim (1961) acredita numa "potencialidade pronta para qualquer oportunidade" (MANNHEIM, 1961, p. 41), deste modo, o "ser jovem" teria mais propensão à comoção, visto um característico estado biológico e sociológico também:

O Jovem penetra em um mundo em que os hábitos, costumes e sistema de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes [...] Esta é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores, enquanto muito comumente elas mesmas, logo que se instalam em um emprego e constituem família, passam para defensiva e intercedem em favor do status quo. (MANNHEIM, 1961, p. 42).

Diante desses pressupostos, aqui resumidos, é possível compreender que o engajamento das jovens mulheres do movimento pelo parto humanizado se traduz não somente por sua nobre causa, como veremos adiante, mas pela própria dinâmica juvenil que em muitos casos demonstra oportunizar-se da luta em cada contexto que haja demanda.

No Brasil, o movimento jovem de mulheres pelo parto humanizado se caracteriza pela oposição a diversos procedimentos médico-hospitalares que são impostos à mulher na hora de parir seus filhos, bem como, pela crítica a alguns procedimentos tomados com o bebê no primeiro minuto de seu nascimento. Tal luta também se expressa na aversão ao largo aumento da realização de cirurgias cesarianas sem indicações científicas reais.

Segundo Fundação Perseu Abramo (2004), 1 em cada 4 mulheres no Brasil sofre violência na hora do parto<sup>02</sup>, também conhecida como violência obstétrica. Determinados métodos tomados por médicos sobre o corpo feminino na hora

do nascimento dos bebês, são repudiados por uma rede de defensoras do parto humanizado, que fundamentadas na Medicina Baseada em Evidências (MBE)<sup>03</sup> e nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS- 1996), retratam a desnecessidade do uso e realização de algumas intervenções. Especificamente, na hora dos partos vaginais, repudia-se o uso, de maneira generalizada, de oxitocina sintética (química injetada na veia que acelera contrações), a manobra Kristeller (subir na barriga da mulher e empurrar o bebê para baixo), a litotomia (obrigatoriedade da mulher ficar em posição supina, ou ginecológica), a episiotomia (corte artificial



no períneo), a amniotomia (estouro artificial da bolsa amniótica), o enema (lavagem intestinal), a tricotomia (raspagem de pêlos pubianos), e a proibição de ingerir água<sup>04</sup> ou alimentos durante o trabalho de parto. A utilização desses métodos é avaliado pelas jovens ativistas como atos de violência obstétrica; já em relação ao bebê recém-chegado, recusa-se a aplicação generalizada de colírio nitrato de prata, a condução ao berçário, o banho, a aspiração nas vias aéreas e anais, e a injeção de vitamina K.

Essas práticas medicamentosas têm início no final do século XIX com a saída compulsória das parteiras e a chegada do homem médico nas cenas de parto, mas somente na década de 50 do século XX tanto as jovens feministas quanto alguns médicos dissidentes, irão sistematicamente denunciar ao mundo os proble-

02 Pesquisa Citada por Dossiê sobre Violência Obstétrica elaborado pela Rede Parto do Princípio, 2012.

03 A Saúde Baseada em Evidências é uma abordagem que utiliza as ferramentas da Epidemiologia Clínica; da Estatística; da Metodologia Científica; e da Informática para trabalhar a pesquisa; o conhecimento; e a atuação em Saúde, com o objetivo de oferecer a melhor informação disponível para a tomada de decisão nesse campo. A prática da Medicina Baseada em Evidências busca promover a integração da experiência clínica às melhores evidências disponíveis, considerando a segurança nas intervenções e a ética na totalidade das ações. Saúde Baseada em Evidências é a arte de avaliar e reduzir a incerteza na tomada de decisão em Saúde. (SITE DA BIBLIOTECA COCHRANE DO BRASIL)

04 Organização Mundial de Saúde: Maternidade Segura. Assistência ao Parto Normal: Um Guia Prático. 1996.

mas da obstetrícia intervencionista. Nos EUA criaram o movimento da Reforma do Parto, na Europa o Parto sem dor, Parto sem medo, Parto na água, o Parto natural, Parto ativo esse último criado pelo movimento hippie; e já nas décadas de 60 e 70 vem a tona a criação de Coletivos e Centros de Saúde específicos para atender a mulher, que desse modo reescreverão o modelo de assistência ao parto, agora, segundo preceitos dos direitos reprodutivos e sexuais, tidos como direitos humanos<sup>05</sup>.

Já no Brasil, as tradições temáticas dos movimentos feministas variaram bastante, assim, nos anos 60 e 70 do século XX, muitas apostam



na reprodução in vitro como forma de liberação do corpo das mulheres, pois se via maternidade, parto e amamentação como encargos e condição de opressão das mulheres. Visto a maternidade ser celebrada muitas vezes de forma essencialista, como destino e função das mulheres, por longos anos as feministas abandonam tal debate, dispondo maior importância ao tema do aborto, esterilidade, inseminação artificial, e contracepção. É somente na década de 80 e 90 que gestar e parir retomam fortemente como valor político, e o desejo de maternar e paternar voltam à cena (TORNQUIST, 2004).

Assim, em 1993 é fundada no Brasil a primeira Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna) composto por uma

maioria de profissionais da medicina, mas que atualmente congrega centenas de participantes, entre feministas, estudiosos e instituições. No ano 2000 as recomendações da OMS e da MBE são publicadas pelo Ministério da Saúde sob o título “Assistência ao Parto Normal – Um Guia Prático”, e enviada a cada ginecologista-obstetra e enfermeiras obstetrias.

No entanto, a partir do fim da década de 1990 são criadas listas eletrônicas virtuais assim denominadas: Parto Natural, Amigas do Parto, Rehuna, Materna, Parto Nosso, Mães Empoderadas, entre outras. Aqui, o movimento social de mulheres pela humanização do parto entrará na era da internet, e tomará enorme visibilidade e muito mais adeptas.

Na atualidade, o discurso das jovens militantes de grupos virtuais, especificamente que dialogam parto humanizado no facebook, vem se caracterizando pelo apelo científico aos avanços comprovados do parto natural, mas, sobretudo à luz de muitos sentimentos essas mulheres debatem as vantagens do parto em casa para gestantes de baixo risco. Prolongadamente falam de dor, de espiritualidade, sintonia mãe/bebê/lar, de detalhes da hora de parir como músicas que ouviram, gritos que deram, se choraram, seus centímetros de dilatação, falam das horas do parto, de danças que fizeram, se levaram ponto ou lacerações na vagina, a quem abraçaram, falam do conjunto de pessoas que estavam ao redor das mesmas, descrevem etapas do parto como a “partolândia”, o “círculo de fogo”, o “período expulsivo”, “contrações de treinamento” enfim, desse modo vão compondo um panorama que mescla minúcias da preparação para o parto, com críticas ferrenhas ao modelo tecnocrático imposto às mulheres no momento de dar a luz:

**Flávia Autran:** Acho que escolher o Parto Domiciliar com certeza passa pela desconfiança do tipo de tratamento que vamos ter no hospital. Acho que passa por uma questão político-econômica também.... Os tais procedimentos padrões... Produção em série. Não sou mais uma. Minha filha é única!<sup>06</sup>

**Tatianne Frank:** Gi e Lula embalaram em um trabalho de parto que chegou no seu tempo, depois de 56 horas de bolsa róta... e quando as contrações

**FINALMENTE,  
PRECISAMOS, NO ENTANTO, LEVAR  
EM CONTA NÃO SOMENTE O VIGOR  
TECNOLÓGICO, MAS TAMBÉM A FORÇA  
E A CAPACIDADE IMAGINATIVA DAS  
JOVENS QUE SE VIVIFICA A PARTIR  
DE DINÂMICAS DE ENTRETENIMENTO,  
AUTO IMAGEM, CONFLITOS, E  
IDEOLOGIA POLÍTICA.**

chegaram, foram pra valer, cada onda mais forte que a outra e eles se entregaram... sempre um ao lado do outro...e ela, como já esperávamos, PARIU, cheia de instinto, cheia de poder...A menina( como era chamada até um dia antes de nascer) chegou neste mundo às 09:38 do dia 14/05/2014 de um parto de cócoras, na água e em casa. Foi aparada por sua mãe, na água quentinha e gostosa, sendo contemplada pelos pais por alguns minutos, depois foi suavemente levada ao colo e por lá ficou. Seu primeiro contato foi cheio de carinho e respeito. Não foi levada pra longe deles, não foram feitos procedimentos desnecessários, foi cuidada com muito calor e amor. Eles deram o que ela precisava; acariciaram, abraçaram, se olharam e se descobriram ali mesmo.<sup>07</sup>

O ambiente político, como vemos, vai de inscrevendo na ultra individualidade de questões corporais, na produção de uma narrativa fisiológica, e de uma narrativa estética que inspira elementos representativos de sonhos, amores, felicidades, liberdade. Há, portanto, uma ampliação da noção de sujeito político, e do que seria “combativo” para o poder constituído, e do que seria “atraente” e “convicente” para outras mulheres. O reconhecimento de direitos nesse caso perpassa mormente um projeto “pessoal”(?) de alcance da felicidade ante o que se considera violento ao corpo.

Segundo site do movimento Parto do Princípio o protagonismo individual é elementar para o processo de humanização:

Acreditamos que o primeiro passo no

<sup>05</sup> Os direitos à integridade corporal (não sofrer dano evitável), à condição de pessoa (o direito à escolha informada de procedimentos); o direito a estar livre de tratamento cruel, desumano ou degradante (prevenção de procedimentos físicos, emocional ou moralmente penosos), o direito à equidade, tal como definida pelo SUS etc. Esta abordagem baseada nos direitos busca compor uma agenda que combine os direitos sociais em geral e direitos reprodutivos e sexuais em especial. Está relacionada à reivindicação do movimento de mulheres por desfazer as supostas incompatibilidades entre essas gerações de direitos, reivindicando sua integralidade. Considera que o direito de decidir sobre sua vida e saúde (um direito individual, à liberdade) não pode se realizar sem que existam os direitos sociais (serviços, equidade) que viabilizem essas escolhas (DORA, 1998 apud DINIZ, 2005:9).

<sup>06</sup> Entrevista concedida por Flávia Autran via Facebook, que optou por realizar parto domiciliar. Em 14 de maio de 2014

<sup>07</sup> Comentário feito pela Enfermeira Obstetra Tatianne Cavalcanti Frank no seu perfil de Facebook, postado na internet em 15 de maio de 2014, disponível em: <https://www.facebook.com/tatianne.frank?fref=ts>

processo de retomada do protagonismo deve dar-se no âmbito do indivíduo. É preciso, antes de tudo, que cada mulher encontre dentro de si a força e a possibilidade da mudança. (SITE REDE PARTO DO PRINCÍPIO)

Fica em todo caso subentendido que a constituição de um movimento social de mulheres se dá a partir da tomada individual de posturas, ainda que experiências sejam trocadas em grupos. Se o parto da mulher é algo fisiologicamente individual, obviamente seria impossível pensar na coletivização integral de lutas, no entanto, o sentido da individualidade propalada traz a tona a reivindicação manifesta na perda do medo da mulher, do medo de parir em casa, pois a fuga de ambientes hospitalares só pode ocorrer caso a mulher não tenha receio, o receio criado historicamente pelo discurso médico de “patocolização do corpo”.

Por observação, verificamos ainda que a formação da base política ideológica desses grupos pela internet se dá com a divulgação de textos, imagens, vídeos de partos, e com discussões a respeito. Mas principalmente as experiências trocadas ganham mais importância que o “discurso médico”. A não-regulação da liberdade que as usuárias experimentam em rede, é uma das grandes inovações dos movimentos político virtuais, pois a “disseminação de dispositivos aceleradores da socialização e do compartilhamento de conhecimentos, informação e dados” (MALINI, 2010) provoca todo um conjunto novo de disputas sobre a produção social, isto é, uma quebra dos limites programáveis do capitalismo cognitivo em escalas mundiais, tornando inegáveis os choques de poderes entre as mídias de massa e as interfaces de usuários. A ideia de que “poucos falam para muitos” é convertida através de uma mídia distributiva composta por milhões de agentes disseminadores de opiniões que se vinculam não a sensação de “todo mundo está falando isso” construído pela mídia massiva, mas sim de “meus amigos recomendam” construído pela mídia distributiva, o que funciona mais a longo prazo enquanto fonte de confiabilidade da comunicação, segundo o autor Fábio Malini (2010).

Formam assim grupos de solidariedade e conscientização, em zonas contextualmente políticas, de interesses institucionais, em que é possível, através da internet, reagir. Pois vemos cada dia mais crescer o número de mulheres que optam pelo parto domiciliar, e essa opção, certamente não advém de conselhos médicos, mas de conselhos das mulheres, de ideais que constroem diariamente na web.

Ademais, em termos estratégicos, é interessante que a constituição de um movimento social atuante, especialmente na ordem do discurso virtual, dá-se com a divulgação de intimidades do corpo feminino como fotografias e vídeos de mulheres nuas na hora de parir. Tornou-se uma das formas frequentes de se posicionarem frente a um sistema que, segundo as ativistas, violentam vaginas, barrigas, mentes e bebês.

Ortega (2003) chamou de biossociabilidade a interação entre capital, medicina e biotecnologias. Para o autor, a biossociabilidade é uma forma apolítica constituída por grupos segundo interesses em saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade. Grupos esses que não se inscrevem nas antigas demarcações como raça, classe, estamento, ideologia política. Na biossociabilidade prevalece a formação de um sujeito que deve se autocontrolar, autovigiar, autoperciar, a fim de corresponder aos critérios avaliativos da medicina fiscalista, que tem como pano de fundo o discurso do risco. Para o autor, na mesma proporção, “o interesse sobre o corpo gera o desinteresse sobre o mundo” (ORTEGA, 2003: 73), ou seja, a preocupação com o mundo, desde a antiguidade clássica, fora substituída pela preocupação com o homem, a descoberta de si, sua vida privada (ARENDRT apud ORTEGA, 2003).

No entanto essa análise de Ortega (2003) não deve ser apreendida de maneira generalizada, posto que, em alguns casos, como no movimento de jovens mulheres pelo parto humanizado, a biossociabilidade é uma conquista política. A formação de uma rede de mulheres na luta pelo parto humanizado, com tarefas constantes de conscientização sobre seus corpos, evocando “poderes de parir” e seus benefícios fisiológicos, torna-se uma atitude transgressora à “ordem” contemporânea que coloca a grande maioria dos partos como um evento necessariamente médico e hospitalar. Para as ativistas, enquanto o sistema de saúde não se transforma e não se “humaniza”, o hospital se encarna como um ambiente “desumano” e bastante perigoso por seu intervencionismo tecnológico, daí o simbólico parto domiciliar.

Assim, a percepção das mulheres em relação ao poder/saber médico exercido sobre seus corpos e sexualidade, sobressai, e uma disputa de discursos médico/paciente é travada nas redes diariamente, desconstruindo, com relatos, vídeos, e fotos, grande parte da “autoridade” de recomendações médico-institucionais. “Pacientes” engajadas sistematizam todo um enredo empírico-científico contra práticas hegemôni-

cas de uma ciência desatualizada, baseados em artigos e documentos da OMS e da MBE, disponíveis na internet.

**Danielle Freitas:** A felicidade não cabe em mim, quando uma mulher pari em casa!!!! Esse bebê já nasceu remando contra a maré!!!!<sup>08</sup>

Nessa fala, a integrante do grupo virtual Roda Gestante elogia uma mulher que postou seu relato e fotos da hora de seu parto domiciliar. Danielle metaforiza que o bebê nasceu “remando contra a maré” justamente porque o parto domiciliar se apresenta para essas mulheres como a maior manifestação individual de transgressão ao jogo mercadológico e autoritário que envolve a medicina obstetrícia e os hospitais nesse momento. É notório, portanto, que uma atividade naturalmente fisiológica como o parto, e tradicionalmente comum, como o “antigo” parto em casa, possa ser uma das maiores referências e exemplos para um movimento social. Tal como o autor Robert Darton (1986) descreveu sobre o massacre de dezenas de felinos durante a Revolução Francesa como forma de protesto e deboche ao principal bicho de estimação da Elite Real, aqui, a referência à quebra de uma lógica hegemônica dá-se a partir de um evento no mínimo curioso, que é parir como nossas avós, mas, principalmente, demonstrar a todos, por meio da internet, que foi capaz de parir, que acreditou em seu próprio corpo, e não o disponibilizou a médicos e hospitais.

Ganha sentido “fazer movimento com as próprias mãos”, isto é, contrariar toda uma ideologia que medicaliza o nascimento e “violenta” mulheres, com uma atitude individual, particular, em casa, na presença de família, tirando foto, postando imediatamente na rede. Vê-se assim um modelo de narrativa política bastante subjetiva, e privada, mas que afeta um imenso coletivo de mulheres.

ABDEL-MONEIM, (2002) chama de “teatro da resistência” os adereços, fotos, vídeos, gritos de guerra e entrevistas de ativistas disseminados pela web. Nessa mediação, as “guerrilheiras virtuais” em suas constantes produções, também promovem o aparecimento de esquemas de solidariedade e comunicação, onde, nesse caso, a história individual e privada da vida materna das mulheres é acionada cotidianamente em público.

Por todas essas expressividades, o movimento de jovens mulheres pelo parto humanizado, em sua face virtual, demonstra que a forma de transformar uma sociedade, ou no mínimo um grande problema para as mulheres,

08 Comentário feito pela internauta Danielle Freitas no relato de parto domiciliar de Shayana Busson postado na internet em 16 de janeiro de 2014, disponível em: <http://vilamamifera.com/parteriaurbana/retrato-de-parto-domiciliar-em-maceio/>

tem funcionado com a publicação de bastante informações e experiências de outras mulheres. E que essa estratégia, aparentemente simples, não se separa da lógica em se opor e recusar todo um sistema de dominação nas ruas, com barricadas. Também um movimento social não contesta a ordem vigente apenas com apelos racionalizantes, genéricos, e universais. É possível que a luta em defesa de nossos corpos em um momento de nossas vidas, que é o ato de parir, tenha implicações e repercussões sociais de grande extensão. A esperança de que vídeos e relatos de partos humanizados e domiciliares lançados na web comovam outras mulheres, bem como a divulgação de dados de saúde baseado em evidências científicas resgatam sua autoconfiança, pode estar consagrando valores de militância calcados na ideia de que a ação coletiva pode se expressar em curtidas e compartilhamentos, não se reduzindo necessariamente a elas, mas confiando nelas como aliadas das mobilizações, que diariamente seriam quase impossíveis no plano offline.

Como salienta Filho (2005), muitas culturas juvenis da atualidade não se confundem com gritos de desistência política ou de passividade, ao contrário aliam criatividade, prazer, ideologia, hedonismo e macropolítica. De acordo com o autor, a prosperidade do uso da comunicação baseada no computador, por exemplo, ao contrário de apenas promover o jovem no mercado global e/ou no fetichismo da mercadoria, como muito se reduz seu papel dentro da esfera virtual, serve agora de ferramenta na elaboração de estratégias contra-hegemônicas.

A organização de atos de desobediência civil e ações políticas antiglobalização, tem encontrado opositores, em sua maioria jovens, na rede mundial de computadores.

A internet oferece relatos, fotos, testemunhas e pontos de vista mais diversificados sobre as motivações e os desdobramentos dos carnavais antipitalistas, em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os “atos irracionais

de desordem” o “caos no trânsito”, a “destruição do patrimônio público”, os “atentados contra propriedade privada”, minimizando a violência policial e silenciando e diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes- afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez? (FILHO, 2005, p. 154).

Não faltam predicados inovadores para caracterizar a paisagem política que alia juventude e internet. No ciberespaço, presenciamos verdadeira quebra das noções de política dentro de determinada instituição; também se alimenta a ideia de que tanto no plano natural quanto no artificial, teria validade atuar na vida pública. A capacidade de interferir nas rotinas e sugerir condutas mais éticas, enérgicas, reforçando direitos, criando polêmicas e alterando pontos de vista, salienta um desejo de participação bastante afluente entre as jovens conectadas. O nível de liberdade de expressão estimulado e vivenciado por essas jovens ampliam enormemente, e de maneira recíproca, a promoção de uma sociedade sem vínculos padronizados de atuação política, sem correspondência à “ordem burguesa” de prática política democrática. De certa forma, as relações convencionais de poder são desmaterializadas, pois as jovens, utilizando-se da mediação do computador, transcendem às “normas de etiqueta” impostas pelo conjunto do imaginário político tradicionalista.

Como se viu, a constante contribuição que a juventude militante de mulheres pelo parto humanizado fornece e absorve na internet vem promovendo um emaranhado de novos hábitos tanto para movimentos quanto para as próprias militantes, isso porque a condição tecnológica propicia modos diferenciados de relação. Reuniões e assembleias dantes centralizadas em estruturas sólidas e hierárquicas, na internet, por exemplo, multiplicam seu funcionamento, e tornam mais difícil a cooptação e centralização de pessoas em torno de lideranças, partidos, etc.

Um modo de participação menos centralizado na figura de líderes e instituições, e mais pautado por apelos imagéticos e informação, desenvolve, portanto, elementos inovadores para pulsões políticas, orientando e desestruturando uma diversidade de situações, que, sobretudo vêm se construindo com mais individualidade e autonomia por cada internauta, pois, com o aparato tecnológico minimizador da noção de grupo e território, adquire-se dimensões próprias de temporalidade, vontade, interesse, e território.

Se a maioria das jovens ativistas contribuem para ações políticas virtuais, destaca-se ora similaridades entre a esfera virtual e a esfera presencial, ora diversidades. A interatividade entre esses dois mundos, dialeticamente, impõe acordos de projetos políticos juvenis não engajados necessariamente na lógica de referências concretas e materiais, por exemplo, há militantes que se filiam a grupos que nunca conheceram na forma presencial, ou seja, não demandam referências presenciais. Das 3 coordenadoras de grupos virtuais entrevistadas, todas já participaram de grupos políticos que nunca conheceram na forma off line. A coordenadora do grupo “Roda Gestantes” salienta que “o Roda começou a partir de um grupo de mulheres que até então existia apenas no Orkut”<sup>09</sup>.

A busca por direitos e justiça social em sua face virtual, ainda ganha entornos significativamente pessoais, pois mesclam projetos particulares (publicação de fotos de família, de amigos, imagem de bichos, de comidas), com denúncias sérias à toda ordem social. É possível que o perfil virtual de uma militante do movimento pelo parto humanizado contenha informações e conteúdos políticos, e paralelamente, imagens e vídeos de toda sua história pessoal.

Finalmente, precisamos, no entanto, levar em conta não somente o vigor tecnológico, mas também a força e a capacidade imaginativa das jovens que se vivifica a partir de dinâmicas de entretenimento, auto imagem, conflitos, e ideologia política. Para a coordenadora do grupo Pediatría Radical “a internet ajuda a bagunçar ainda mais, dá prazer e excitações”.

#### Referências

- ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. *Rev. Estud. Fem.*, Jan 2002, vol.10, no.1, p.39-64. ISSN 0104-026X
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciênc. saúde coletiva* vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2005.
- DOSSIÊ PARA A CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **Violência Obstétrica “Parirás com dor”** elaborado pela Rede Parto do Princípio, 2012
- FILHO, João Freire. Das subculturas às pós subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea*, Vol. 3, n 1, p. 138-166, 2005
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. *Rev. Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia*. Sept-Dec, 2010, Vol. 17(3).
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-61, 1961.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV, p. 139-165, 1990.
- ORTEGA, Francisco. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2003, 11(1): 59-77.
- TORNQUIST, Carmem Susana. **Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil**. 2004. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.